

Índice sistemático

Agradecimentos	3
Apresentação	5
1. Enquadramento do Direito financeiro local	7
1.1. O Direito local no quadro de uma concepção pós-moderna de Direito	7
1.2. Um conceito adequado de Autarquia local	11
1.3. O Direito das Autarquias locais	14
1.4. O Direito financeiro local – âmbito de aplicação	18
1.5. Os princípios enformadores do Direito financeiro local	20
1.5.1. Princípio da autonomia	21
1.5.1.1. A autonomia autárquica em geral	21
1.5.1.2. A autonomia financeira em particular	24
a) Enunciação do princípio	24
b) Limites à autonomia financeira	27
α) Limites económicos: a dependência em relação às transferências do Estado	27
β) Limites jurídicos: a reserva de lei, a tutela, o controlo financeiro e a proibição de défices excessivos	29
1.5.2. Princípio da igualdade entre Autarquias	33
1.5.3. Princípio da solidariedade	35
1.5.4. Princípio da transparência	37
1.5.5. Princípio da livre iniciativa económica	40
1.6. Quadro genérico do sistema financeiro local português	43
2. Teoria geral dos actos financeiros autárquicos	48
2.1. Os actos previsionais	49
2.1.1. As grandes opções do plano autárquicas	49
2.1.2. O orçamento das Autarquias locais	50
2.1.2.1. Enquadramento	50
2.1.2.2. O procedimento orçamental autárquico.....	53
2.1.2.3. Os princípios e as regras orçamentais autárquicos	55

§ único: Enquadramento.....	55
a) Anualidade	56
b) Plenitude.....	58
c) Discriminação	59
α) Especificação	59
β) Não compensação	62
γ) Não consignação	63
d) Exclusividade.....	65
e) Equilíbrio	67
α) Critério do orçamento efectivo	67
β) Critério do orçamento ordinário.....	69
γ) Critério do orçamento corrente.....	71
δ) Critério adoptado	73
ε) O pacto de estabilidade e crescimento e a proibição de défices excessivos	73
2.2. Os actos executórios e os princípios relativos à execução	76
a) Tipicidade	76
b) Boa-gestão.....	78
c) Segregação funcional	80
2.3. Os actos de prestação de contas	81
2.3.1. A importância do controlo financeiro.....	82
2.3.2. Formas de controlo.....	85
2.3.3. As obrigações declarativas dos Entes locais	89
3. As despesas das Autarquias locais.....	92
§ único: sequência	92
3.1. A relevância das despesas públicas autárquicas	93
3.2. O problema da selecção das despesas públicas autárquicas	95
3.3. Aspectos genéricos de regime	98
3.4. Tipologia das despesas das Autarquias locais	101
3.4.1. Despesas correntes.....	101
a) Despesas com o pessoal	102
b) Aquisição de bens e serviços.....	103
c) Juros e outros encargos.....	106
d) Transferências correntes.....	106
3.4.2. Despesas de capital	107

a) Aquisição de bens de capital.....	108
b) Transferências de capital	109
c) Despesas com os activos financeiros.....	110
d) Despesas com os passivos financeiros	110
4. As receitas das Autarquias locais	110
§ único: sequência	110
4.1. Receitas originárias.....	111
4.1.1. De natureza financeira.....	111
4.1.1.1. Receitas patrimoniais.....	111
4.1.1.1.1. O património autárquico (dominial e obrigacional).....	113
4.1.1.1.2. As receitas provenientes do património.....	115
4.1.1.1.2.1. Receitas provenientes da exploração do activo dominial	116
4.1.1.1.2.2. Receitas provenientes da exploração do activo obrigacional.....	117
a) Participações sociais.....	117
b) Relações contratuais com os administrados	117
α) Receitas provenientes das actividades empresariais e das prestações de serviços exercidas directamente pela Autarquia.....	117
β) Receitas provenientes das actividades empresariais e das prestações de serviços exercidas indirectamente – as empresas municipais	119
4.1.1.2. Receitas tributárias.....	123
4.1.1.2.1. Os poderes tributários das Autarquias	125
a) Os poderes de criação de tributos e de delimitação da respectiva base de incidência	125

b) Os poderes de liquidação e cobrança de tributos	127
4.1.1.2.2. Os tipos tributários	
autárquicos.....	129
a) Impostos não estaduais	129
α) O imposto municipal sobre imóveis (IMI)	130
β) O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT)	133
γ) O imposto único de circulação (IUC).....	134
δ) Derramas.....	135
b) Taxas	136
α) Taxas e tarifas	137
β) O regime geral das taxas das Autarquias locais	139
c) Encargos de mais-valias	144
4.1.1.3. Receitas creditícias	147
4.1.1.3.1. O recurso aos empréstimos.....	148
4.1.1.3.1.1. Enquadramento do recurso aos empréstimos por parte dos Municípios	148
4.1.1.3.1.2. Os limites genéricos do recurso aos empréstimos	151
4.1.1.3.1.3. Os limites específicos de cada empréstimo	153
a) Empréstimos de curto prazo	153
b) Empréstimos a médio e longo prazo.....	154
α) Aplicação em investimentos	155
β) Saneamento financeiro (situações de desequilíbrio financeiro conjuntural).....	156
γ) Reequilíbrio financeiro (situações de desequilíbrio financeiro estrutural)	158
4.1.1.3.2. As aberturas de crédito.....	162
4.1.1.3.3. A emissão de obrigações municipais.....	162
4.1.1.3.4. O recurso a garantias	164
4.1.1.3.5. O carácter não efectivo da receita – o endividamento municipal	166

4.1.2. De natureza não financeira	170
4.2. Receitas derivadas – a perequação financeira.....	171
4.2.1. Enquadramento do fenómeno perequativo	171
a) Finalidades da perequação	171
b) Tipologia dos instrumentos perequativos	174
4.2.2. Instrumentos perequativos obrigatórios.....	177
4.2.2.1. Condicionados.....	177
a) Fundo social municipal	177
b) Fundo de coesão municipal	179
4.2.2.2. Incondicionados.....	180
a) Fundo geral municipal	180
b) Participação no IRS	181
4.2.2.3. O Fundo de equilíbrio financeiro	183
4.2.3. Instrumentos perequativos discricionários (subvenções).....	187
4.3. Receitas derivadas (continuação) – os fundos europeus	188
a) Enquadramento da política regional europeia.....	189
b) Em particular, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	190
5. Contencioso tributário local.....	192
5.1. A lesividade dos actos jurídicos financeiros autárquicos ...	193
5.2. Os meios de reacção dos municípios/contribuintes	195
Principal Bibliografia consultada	198